



VIOÊNCIA NA ESCOLA E BULLYING: CAMINHOS PARA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE CONFLITOS

Verônica de Fátima Leorne Chagas¹

RESUMO

Esta pesquisa analisou a violência escolar, com ênfase no fenômeno do bullying, buscando compreender suas causas, consequências e possíveis estratégias de prevenção e redução de conflitos no ambiente educacional. O estudo teve como objetivo identificar, a partir de produções científicas, as práticas e atividades que podem contribuir para a construção de uma cultura de paz, fortalecendo o respeito, a empatia e o diálogo entre os sujeitos da comunidade escolar. Adotou-se uma metodologia de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada em autores que discutem a violência nas instituições de ensino, o desenvolvimento socioemocional dos estudantes e as políticas de enfrentamento ao bullying. Foram consultados livros, artigos e dissertações publicados em bases acadêmicas nacionais, priorizando estudos que abordassem estratégias pedagógicas, intervenções socioeducativas e ações de mediação de conflitos. Os resultados evidenciaram que o bullying é um problema complexo, relacionado a fatores individuais, familiares e sociais, que impacta negativamente o processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento emocional e o clima escolar. A análise apontou que atividades como projetos de convivência, rodas de conversa, programas de mediação, práticas lúdicas e campanhas de conscientização podem reduzir episódios de violência, fortalecendo vínculos e promovendo valores de cooperação e solidariedade. Conclui-se que a prevenção do bullying requer ações integradas entre escola, família e comunidade, além de políticas públicas que incentivem a formação continuada dos profissionais da educação, garantindo espaços de diálogo e práticas pedagógicas voltadas para a promoção da paz.

Palavras-chave: Violência Escolar; Bullying; Prevenção; Cultura de Paz; Convivência.

RESUMEN

Esta disertación analizó la violencia escolar, con énfasis en el fenómeno del bullying, con el propósito de comprender sus causas, consecuencias y posibles estrategias de prevención y reducción de conflictos en el ámbito educativo. El estudio tuvo como objetivo identificar, a partir de producciones científicas, las prácticas y actividades que

pueden contribuir a la construcción de una cultura de paz, fortaleciendo el respeto, la empatía y el diálogo entre los actores de la comunidad escolar. Se adoptó una metodología de revisión bibliográfica, con enfoque cualitativo, fundamentada en autores que abordan la violencia en las instituciones educativas, el desarrollo socioemocional de los estudiantes y las políticas de enfrentamiento al bullying. Se consultaron libros, artículos y disertaciones publicados en bases académicas nacionales, priorizando estudios que trataran sobre estrategias pedagógicas, intervenciones socioeducativas y acciones de mediación de conflictos. Los resultados evidenciaron que el bullying es un problema complejo, relacionado con factores individuales, familiares y sociales, que impacta negativamente el proceso de enseñanza-aprendizaje, el desarrollo emocional y el clima escolar. El análisis señaló que actividades como proyectos de convivencia, círculos de diálogo, programas de mediación, prácticas lúdicas y campañas de concienciación pueden reducir los episodios de violencia, fortaleciendo los vínculos y promoviendo valores de cooperación y solidaridad. Se concluye que la prevención del bullying requiere acciones integradas entre escuela, familia y comunidad, además de políticas públicas que incentiven la formación continua de los profesionales de la educación, garantizando espacios de diálogo y prácticas pedagógicas orientadas a la promoción de la paz.

Palabras clave: Violencia Escolar; Bullying; Prevención; Cultura de Paz; Convivencia.

1 Mestrado em Ciências da Educação, UNAED/PY

1.INTRODUÇÃO

A violência escolar configura-se como um fenômeno social complexo e multifacetado, que afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem e compromete a formação integral dos estudantes. Entre as diversas manifestações dessa violência, destaca-se o bullying, caracterizado por ações intencionais e repetitivas de agressão física, verbal, psicológica ou virtual, que geram sofrimento e desequilíbrio nas relações interpessoais. Nas últimas décadas, o bullying tem despertado crescente interesse da comunidade científica, de educadores, famílias e gestores públicos, em razão de seus impactos negativos no desenvolvimento emocional, no rendimento escolar e no clima institucional. Pesquisas nacionais e internacionais evidenciam que episódios de bullying não se restringem a contextos específicos, mas ocorrem em diferentes níveis de ensino, atingindo crianças, adolescentes e jovens, e exigindo respostas eficazes e integradas para sua prevenção.

Este estudo toma como objeto de investigação a violência escolar, com foco no bullying, e busca analisar, a partir da literatura especializada, as atividades e estratégias que podem contribuir para a prevenção e a redução de conflitos no ambiente educativo. Delimita-se, assim, a compreensão do bullying não apenas como um problema disciplinar, mas como um fenômeno social, relacional e pedagógico que demanda ações coletivas, envolvendo professores, alunos, famílias e comunidade escolar. A questão central que orienta a pesquisa pode ser sintetizada da seguinte

forma: de que maneira as práticas e atividades propostas na literatura científica podem auxiliar no enfrentamento da violência escolar e na promoção de uma cultura de paz?

A relevância desta investigação justifica-se pelo impacto direto que a violência e o bullying exercem sobre a saúde mental dos estudantes, a qualidade das relações interpessoais e o desempenho acadêmico. Além disso, compreender as estratégias de prevenção e intervenção fundamentadas em estudos já consolidados possibilita oferecer subsídios teóricos para a prática pedagógica e para a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Trata-se, portanto, de uma contribuição que extrapola o campo acadêmico, alcançando dimensões sociais e institucionais que visam a construção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e democráticos.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar, por meio de revisão bibliográfica, as estratégias de prevenção e redução de conflitos relacionadas ao bullying no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais fatores que favorecem a ocorrência do bullying, mapear as ações preventivas destacadas na literatura e apontar atividades pedagógicas que possam fortalecer o diálogo, a empatia e a convivência pacífica entre os sujeitos da escola.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de livros, artigos e dissertações disponíveis em bases de dados acadêmicas, priorizando estudos recentes que tratam da violência escolar, do desenvolvimento socioemocional e de práticas de enfrentamento ao bullying. Essa opção permitiu reunir e analisar criticamente o conhecimento produzido na área, construindo um panorama atualizado sobre as propostas e experiências de intervenção já validadas no meio educacional.

A presente pesquisa organiza-se em capítulos que buscam conduzir o leitor à compreensão progressiva do tema. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que aborda os conceitos de violência escolar, bullying e suas implicações no processo educativo. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada e, posteriormente, são discutidos os resultados da análise bibliográfica, evidenciando as estratégias e atividades que se mostram mais promissoras para a prevenção e redução de conflitos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se destacam as contribuições do estudo, suas limitações e possíveis desdobramentos para futuras pesquisas.

2.METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que se propõe a compreender, por meio da análise de produções científicas, as estratégias de prevenção e redução de conflitos relacionados à violência escolar, com foco no fenômeno do bullying. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve significados, interpretações e relações sociais que não podem ser mensurados apenas por dados numéricos, exigindo uma análise interpretativa e crítica do material investigado.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. É exploratória porque busca levantar informações e discutir perspectivas

teóricas acerca de um tema que, embora amplamente presente no cotidiano escolar, ainda demanda aprofundamento e sistematização acadêmica. É também descritiva, pois visa identificar, caracterizar e analisar as atividades e práticas apontadas na literatura como estratégias para a prevenção do bullying e a promoção da convivência pacífica nas instituições de ensino.

Quanto aos procedimentos técnicos, configura-se como uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em material publicado em livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases acadêmicas nacionais e internacionais, tais como Google Scholar, Scielo, BDTD e periódicos da área da Educação. O levantamento bibliográfico foi direcionado para obras que abordassem a violência escolar, o bullying, suas causas e consequências, bem como intervenções pedagógicas e programas de prevenção. O recorte temporal privilegiou publicações recentes, produzidas nos últimos dez anos, sem desconsiderar estudos clássicos que contribuíram para a consolidação do tema.

O universo da pesquisa compreendeu a literatura científica disponível em língua portuguesa e, quando pertinente, em língua espanhola e inglesa, de modo a garantir maior amplitude e diversidade de perspectivas. Não houve aplicação de amostra no sentido tradicional, uma vez que o estudo não envolveu coleta direta de dados com sujeitos, mas sim a seleção criteriosa de materiais bibliográficos relevantes.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2016), que possibilita a categorização e interpretação sistemática das informações. O processo seguiu três etapas: (a) pré-análise, com a leitura flutuante dos textos selecionados para familiarização com o conteúdo; (b) exploração do material, com a identificação de categorias temáticas relacionadas às práticas de prevenção, estratégias pedagógicas e políticas de enfrentamento ao bullying; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, buscando estabelecer relações entre os achados e o referencial teórico apresentado.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em materiais bibliográficos, não houve coleta de dados com seres humanos, dispensando a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, manteve-se o rigor ético e acadêmico na utilização das fontes, garantindo a devida referência aos autores e respeitando os direitos autorais das obras analisadas.

Assim, a metodologia adotada possibilitou a construção de um panorama crítico e fundamentado sobre as estratégias e atividades capazes de contribuir para a prevenção e a redução da violência escolar, oferecendo subsídios para práticas pedagógicas e políticas educacionais voltadas à promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise e discussão de resultados constitui o núcleo central desta pesquisa, pois é nesta seção que se busca compreender, de maneira aprofundada, as principais contribuições teóricas levantadas pela revisão bibliográfica e relacioná-las diretamente

com os objetivos da pesquisa. Considerando que este estudo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica, os resultados não se configuram como dados empíricos de campo, mas como um conjunto de interpretações, reflexões e sistematizações oriundas da literatura científica, das legislações e das experiências registradas por diferentes autores que investigaram o fenômeno do bullying e da violência escolar.

A escolha por este formato de análise permite observar como diferentes pesquisadores, em distintas épocas e contextos sociais, compreendem o fenômeno do bullying, identificam suas consequências e propõem medidas para o seu enfrentamento. Assim, a presente discussão não se limita à mera apresentação de conceitos, mas busca promover um diálogo crítico entre os autores, confrontando convergências, divergências e lacunas ainda existentes nos estudos sobre o tema. Dessa forma, esta seção pretende não apenas consolidar o conhecimento acumulado, mas também evidenciar caminhos e estratégias que possam contribuir para o fortalecimento de políticas e práticas de prevenção da violência escolar.

Vale ressaltar que, conforme a ABNT NBR 14724/2011, a análise e discussão de resultados deve ser organizada de modo a relacionar diretamente as evidências com os objetivos propostos, evitando descrições soltas ou pouco conectadas com a problemática da pesquisa. Nesse sentido, o presente capítulo foi estruturado em categorias analíticas que emergiram da revisão bibliográfica e que se mostram mais adequadas para responder às questões norteadoras do estudo. São elas: a compreensão do fenômeno bullying; os impactos do bullying sobre vítimas, agressores e espectadores; o papel da escola e da família na prevenção e enfrentamento; as legislações e políticas públicas que orientam o combate a essa violência; e as práticas pedagógicas e estratégias de intervenção aplicáveis ao ambiente escolar.

É importante destacar que os resultados aqui analisados reforçam a ideia de que o bullying não é um fenômeno isolado ou restrito a determinados grupos sociais. Ao contrário, trata-se de uma problemática universal, que atravessa fronteiras culturais e temporais, mas que ganha contornos específicos em cada realidade escolar. Além disso, os achados da revisão evidenciam que, apesar da vasta produção acadêmica sobre o tema, ainda existem desafios significativos na implementação de políticas públicas, na conscientização das famílias e na capacitação de professores e gestores escolares, fatores esses que dificultam o enfrentamento eficaz do problema.

Assim, o presente capítulo assume o papel de síntese crítica do que foi estudado, relacionando os conceitos teóricos com a realidade prática, e demonstrando que o bullying deve ser entendido como uma forma complexa de violência que, para ser superada, necessita de ações educativas, sociais e legais articuladas. A análise que segue, portanto, busca trazer à tona tanto os limites quanto as possibilidades da escola e da sociedade no combate a esse fenômeno, propondo reflexões que poderão subsidiar futuras práticas pedagógicas e pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Compreender o bullying exige reconhecer que se trata de um fenômeno multifacetado, que vai além de simples brincadeiras entre colegas. Embora, por muito tempo, tenha sido interpretado como parte natural do processo de socialização, a literatura contemporânea demonstra que o bullying é uma forma de violência intencional, repetitiva e marcada pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima

(Olweus, 1998; Fante, 2005; Lopes Neto, 2011). Esse desequilíbrio, como ressaltam Matos e Carvalhosa ([s.d.]), pode se manifestar por meio da força física, da popularidade, do prestígio social ou até mesmo do domínio de ferramentas tecnológicas, como ocorre no cyberbullying.

O termo, originário do inglês *bully* (valentão, brigão), foi consolidado nos anos 1970 a partir dos estudos de Dan Olweus, que identificou as consequências devastadoras dessa prática entre adolescentes na Noruega. Desde então, sua compreensão expandiu-se para diferentes contextos, sendo hoje reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública, dada a frequência e a gravidade das suas consequências. Pesquisas internacionais, como a da ONU (2016), revelam que cerca de metade das crianças e adolescentes em diversos países já sofreram algum tipo de intimidação sistemática. No Brasil, os índices também são alarmantes, evidenciando a necessidade de enfrentamento urgente.

Segundo Fante (2008), o bullying deve ser entendido como uma dinâmica psicossocial que se perpetua porque envolve não apenas o agressor e a vítima, mas também os espectadores, que, ao se calarem, reforçam a conduta violenta. Trata-se, portanto, de um fenômeno coletivo, sustentado por normas implícitas no grupo social e por uma cultura de banalização da violência. Nessa perspectiva, é fundamental compreender que o bullying não se limita à ação isolada de um indivíduo, mas emerge de um sistema relacional em que se naturalizam práticas de dominação, humilhação e exclusão.

Do ponto de vista classificatório, diferentes tipos de bullying podem ser identificados: o verbal, caracterizado por insultos e apelidos pejorativos; o físico, que envolve agressões diretas como empurrões e socos; o psicológico e moral, expresso em formas de intimidação, chantagem e difamação; o sexual, por meio de assédios e insinuações; o social, que implica a exclusão do grupo; o material, envolvendo destruição ou apropriação de pertences; e o virtual, realizado em ambientes digitais, que amplia o alcance e a exposição da vítima (Fante, 2008; Rolim, 2010). Essa diversidade de manifestações evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens múltiplas para sua prevenção e enfrentamento.

Cabe ressaltar que, embora exista uma tendência de associar o bullying apenas ao espaço escolar, estudiosos como Prudente (2008) destacam que ele pode ocorrer em qualquer ambiente de convivência humana, incluindo locais de trabalho (*workplace bullying*), prisões, quartéis, igrejas, clubes e, cada vez mais, nos espaços virtuais. Entretanto, a escola é o ambiente em que ele se manifesta com maior intensidade e visibilidade, dado o número de interações sociais, a convivência prolongada e a vulnerabilidade emocional dos alunos.

A compreensão do bullying também exige uma análise crítica sobre os fatores que o originam. Cardoso (1967) já apontava que comportamentos agressivos podem ser respostas a contextos familiares desestruturados ou a experiências de exclusão. Autores mais recentes ampliam esse entendimento, relacionando o fenômeno à ausência de limites, à carência afetiva, à influência da mídia e à falta de políticas educativas consistentes (Fante; Pedra, 2008). Em todos os casos, o que se percebe é

que o bullying é tanto um reflexo das relações interpessoais quanto das condições sociais e culturais que moldam a vida dos indivíduos.

Assim, compreender o bullying significa assumir que ele não pode ser visto como uma etapa natural do desenvolvimento infantil e juvenil, mas como uma forma de violência que fere direitos fundamentais e compromete o processo educativo. Reconhecer suas causas, suas diferentes manifestações e suas consequências é o primeiro passo para a construção de estratégias preventivas que envolvam escola, família e sociedade na promoção de uma cultura de paz, respeito e convivência saudável.

Os impactos do bullying se estendem a todos os envolvidos na dinâmica relacional: vítimas, agressores e espectadores. Embora os efeitos sejam diferentes para cada grupo, é consenso entre os pesquisadores que se trata de um fenômeno capaz de comprometer o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos sujeitos, produzindo sequelas que podem ultrapassar os limites do espaço escolar e se prolongar pela vida adulta (Fante, 2005; Fante; Pedra, 2008; Chalita, 2008).

As vítimas, em geral, são as mais afetadas pela prática do bullying, vivenciando sentimentos como medo, insegurança, tristeza, vergonha, rejeição e baixa autoestima. Estudos indicam que essas crianças e adolescentes podem apresentar dificuldades de concentração, queda no rendimento escolar, isolamento social e até mesmo desenvolvimento de transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e fobias (Fante; Pedra, 2008). Em casos mais graves, o bullying pode desencadear pensamentos suicidas e atitudes autodestrutivas, como evidenciam pesquisas internacionais da ONU (2016), que associam o fenômeno a altos índices de evasão escolar e ao risco de suicídio juvenil.

Chalita (2008) ressalta que, ao longo do tempo, a vítima acumula ressentimentos e sentimentos de impotência que fragilizam sua capacidade de reagir ou buscar ajuda. Em muitos casos, o silêncio é a reação predominante, motivado pelo medo de represálias ou pela descrença na intervenção dos adultos. Essa omissão, tanto por parte da vítima quanto dos responsáveis, contribui para a perpetuação da violência. Além disso, a vítima que não recebe apoio adequado pode internalizar a ideia de inferioridade, carregando as marcas do bullying para a vida adulta, manifestando dificuldades relacionais, transtornos de humor ou mesmo reproduzindo condutas violentas em outros contextos, como o familiar e o laboral (Fante, 2005).

Por outro lado, os agressores também sofrem consequências negativas. Embora muitas vezes sejam vistos como fortes e dominadores, a prática do bullying pode gerar impactos em sua formação ética, afetiva e moral. Lopes Neto e Saavedra (2003) identificam que muitos bullies, apesar de populares, apresentam insatisfação com a escola e uma tendência ao comportamento antissocial, demonstrando prazer em causar danos aos colegas. A curto prazo, esse comportamento pode lhes garantir status e poder entre os pares, mas, a longo prazo, aumenta a probabilidade de envolvimento com práticas de violência mais graves, inclusive na vida adulta, além de dificuldades de inserção profissional e social.

Fante e Pedra (2008) reforçam que agressores frequentemente apresentam histórico de carência afetiva, ausência de limites e modelos familiares baseados na violência, o que favorece a reprodução do comportamento agressivo. Assim, longe de serem apenas “vilões” no processo, os bullies também necessitam de atenção educativa, pois a manutenção desse comportamento pode consolidar traços de personalidade marcados pela intolerância, pela incapacidade de empatia e pela dificuldade de resolução pacífica de conflitos.

Os espectadores, muitas vezes esquecidos nas análises, também são diretamente impactados pelo bullying. Ao presenciarem situações de violência, podem desenvolver sentimentos de medo, insegurança e impotência, sobretudo quando optam por não intervir, seja por receio de se tornarem alvos, seja por falta de orientação sobre como agir. Fante (2005) descreve esses sujeitos como adeptos da “lei do silêncio”, reforçando a impunidade do agressor e a sensação de abandono da vítima.

Essa posição passiva, no entanto, não os isenta das consequências emocionais. Muitos espectadores carregam sentimentos de culpa por não terem ajudado, além de internalizarem a ideia de que a violência é um recurso aceitável para lidar com conflitos. Nesse sentido, Chalita (2008) aponta que os espectadores acabam se tornando cúmplices involuntários da prática, perpetuando o ciclo da violência e contribuindo para a naturalização do bullying no ambiente escolar.

Percebe-se, portanto, que o bullying é um fenômeno que afeta a coletividade e não apenas os indivíduos diretamente envolvidos. Suas consequências atingem a vítima, fragilizando seu desenvolvimento emocional e social; afetam o agressor, consolidando comportamentos violentos e antissociais; e impactam os espectadores, que podem se tornar indiferentes à violência ou sofrer emocionalmente pelo silêncio. Essa complexidade reforça a necessidade de ações educativas e preventivas que envolvam toda a comunidade escolar, visto que a violência escolar, quando não enfrentada, compromete não apenas a formação acadêmica, mas o próprio processo civilizatório.

O enfrentamento do bullying exige uma abordagem integrada que envolva tanto a escola quanto a família, uma vez que ambos os contextos exercem influência direta na formação de crianças e adolescentes. A literatura aponta que, sem a participação conjunta dessas instituições, qualquer tentativa de combate ao fenômeno torna-se limitada, pois os fatores que o alimentam se encontram tanto nas relações familiares quanto nas interações escolares (Fante, 2005; Chalita, 2008; Porto; Bezerra, 2010). Nesse sentido, a escola, por ser um espaço de convivência diária e intensa entre crianças e adolescentes, ocupa lugar central na prevenção e no enfrentamento do bullying. Conforme destaca Abramovay (2006), a violência escolar é fruto não apenas das interações entre os alunos, mas também das práticas institucionais e das relações de poder que se estabelecem no ambiente educativo. Assim, cabe à escola adotar uma postura ativa na identificação precoce das situações de intimidação sistemática, estabelecendo protocolos claros de acolhimento e intervenção.

Entretanto, como ressalta Silva (2010), muitas escolas ainda se encontram despreparadas para reconhecer o bullying como um problema social e educacional. A omissão, a falta de preparo dos profissionais e a negação da existência do fenômeno

acabam favorecendo a sua perpetuação. Para romper com essa lógica, a escola deve promover a formação continuada de professores e funcionários, capacitando-os para identificar sinais de violência e agir de forma preventiva. Além disso, é essencial que o tema seja discutido em sala de aula e nos conselhos de pais, de modo a desnaturalizar práticas violentas que muitas vezes são vistas como simples brincadeiras. Projetos pedagógicos voltados à promoção da cultura de paz, como o programa Educar para a Paz desenvolvido por Cleo Fante em parceria com escolas brasileiras e portuguesas, demonstram que a inserção de práticas educativas baseadas em valores como respeito, empatia e solidariedade pode reduzir significativamente os índices de violência escolar. Dessa forma, a escola não deve restringir-se ao ensino de conteúdos curriculares, mas assumir sua função social de formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a convivência ética.

No mesmo caminho, a família, como primeira instituição formadora da criança, exerce papel determinante no desenvolvimento de sua personalidade, valores e formas de interação social. Fante e Pedra (2008) observam que muitos agressores apresentam histórico de ausência de limites, carência afetiva ou modelos parentais violentos, o que indica a importância de uma educação familiar pautada em diálogo, afeto e disciplina equilibrada. Ao mesmo tempo, famílias de vítimas também necessitam de apoio, uma vez que muitas vezes desconhecem a situação vivenciada pelos filhos ou não sabem como intervir. Cardoso (1967) já ressaltava que o ambiente da infância marca profundamente a vida do indivíduo, e quando esse ambiente é permeado por violência ou omissão, o sofrimento da criança tende a se agravar. Por isso, é fundamental que os pais mantenham canais de diálogo abertos, valorizem a escuta sensível e estabeleçam vínculos de confiança, de modo que a criança se sinta segura para compartilhar suas dificuldades.

Outro aspecto relevante é que a parceria entre escola e família deve ser contínua e colaborativa. Não basta que a escola intervenha isoladamente ou que a família responsabilize exclusivamente a instituição de ensino. Chalita (2008) destaca que a omissão e a negação do problema contribuem para o seu crescimento. Assim, cabe à família acompanhar o desempenho escolar dos filhos, participar das reuniões pedagógicas e engajar-se em projetos de conscientização promovidos pela escola. Estratégias conjuntas que integrem palestras, oficinas educativas, equipes multidisciplinares de apoio, canais de denúncia e a inserção do tema no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola revelam-se fundamentais para enfrentar o problema de maneira eficaz.

Dessa forma, percebe-se que o combate ao bullying não pode ser entendido como responsabilidade exclusiva da escola ou da família, mas como uma tarefa compartilhada que exige comprometimento mútuo. Somente por meio da cooperação e da corresponsabilidade é possível transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente seguro e propício ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

O fenômeno do bullying, além de ser reconhecido como um problema educacional, também é tratado no Brasil como uma questão de saúde pública e de cidadania, o que implica na necessidade de políticas públicas específicas e de uma legislação capaz de orientar práticas de prevenção e enfrentamento. Embora o

ordenamento jurídico brasileiro não disponha de um tipo penal específico para o bullying, diversos dispositivos legais têm sido mobilizados para garantir a proteção da criança e do adolescente em casos de violência escolar, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal. Esses instrumentos oferecem respaldo legal para que situações de intimidação sistemática sejam enquadradas em crimes como injúria, calúnia, difamação, ameaça ou lesão corporal, dependendo da gravidade do caso. Ainda que não se trate de criminalização direta do bullying, a aplicação dessas normas assegura medidas de responsabilização e de proteção às vítimas.

Um avanço significativo ocorreu com a sanção da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática em todo o território nacional. Essa legislação define formalmente o bullying, estabelecendo suas principais características, como a intencionalidade, a repetição das ações e o desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Além disso, a lei prevê a obrigação de escolas, clubes e demais espaços de convivência adotarem medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao fenômeno. O texto legal também inclui o cyberbullying, demonstrando a preocupação em abarcar as novas formas de violência que surgem a partir do uso da internet e das redes sociais.

No âmbito estadual, destacam-se legislações como a Lei nº 14.651/2009, aprovada em Santa Catarina, que institui o Programa de Combate ao Bullying em escolas públicas e privadas. Essa iniciativa reforça o caráter interdisciplinar e comunitário do enfrentamento, reconhecendo que a violência escolar não pode ser combatida apenas por meio de ações punitivas, mas requer a participação conjunta de educadores, famílias, gestores, órgãos públicos e da sociedade civil. Outras propostas legislativas, como o Projeto de Lei nº 1785/2011, que obriga escolas e clubes a instituírem políticas de conscientização e prevenção, e o PLS 251/2009, que cria o SAVE – Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, também representam esforços importantes para fortalecer as políticas públicas voltadas ao tema.

Essas iniciativas revelam a crescente preocupação do Estado em criar instrumentos legais e programas de intervenção capazes de promover ambientes escolares mais seguros. No entanto, a literatura demonstra que apenas a criação de leis não é suficiente para conter o problema. Como ressaltam Chalita (2008) e Fante ([s.d.]), é necessário que tais legislações sejam acompanhadas de políticas públicas efetivas, de recursos pedagógicos adequados e da formação continuada de professores e gestores. A eficácia das medidas depende da articulação entre a norma jurídica e as práticas pedagógicas, de modo que a escola não apenas cumpra formalidades legais, mas de fato internalize valores de respeito, cidadania e convivência pacífica em seu cotidiano.

Nesse sentido, o papel da legislação é fundamental, mas deve ser compreendido como um ponto de partida, e não como solução isolada. As leis estabelecem o marco regulatório e a obrigatoriedade de ação, mas é no espaço escolar, em parceria com as famílias e a comunidade, que se concretiza o combate ao bullying. Assim, a análise dos resultados desta pesquisa evidencia que a legislação brasileira, embora ainda carente de maior sistematização, já apresenta bases sólidas

para orientar políticas públicas e projetos educativos capazes de reduzir a incidência do fenômeno, desde que acompanhadas de ações preventivas, educativas e restaurativas.

O enfrentamento do bullying nas escolas demanda a adoção de práticas pedagógicas sistemáticas, planejadas e intencionais, que permitam não apenas identificar e punir os comportamentos violentos, mas sobretudo promover a formação cidadã, a convivência ética e a cultura de paz. A literatura demonstra que o combate efetivo ao fenômeno não se restringe a medidas disciplinares ou punitivas, mas requer um processo educativo contínuo, que envolva todos os atores da comunidade escolar: gestores, professores, alunos, famílias e funcionários (Fante, 2005; Chalita, 2008).

Nesse sentido, a escola deve assumir um papel de protagonismo ao criar estratégias de prevenção que façam parte do currículo e do Projeto Político-Pedagógico (PPP), incorporando valores como respeito, solidariedade e empatia ao processo de ensino-aprendizagem. A adoção de projetos interdisciplinares que articulem diferentes áreas do conhecimento é uma forma eficaz de sensibilizar os estudantes. Por exemplo, atividades em língua portuguesa podem trabalhar a produção de textos e debates sobre convivência; em artes, a expressão de sentimentos por meio de teatro, música e pintura; em história, a reflexão sobre direitos humanos e cidadania; e em ciências, a compreensão sobre os efeitos psicológicos e físicos da violência. Dessa maneira, o enfrentamento ao bullying torna-se transversal, integrando-se às práticas pedagógicas cotidianas.

Outra estratégia importante consiste na criação de espaços de diálogo e escuta ativa, nos quais os alunos possam expressar seus sentimentos, experiências e dificuldades. A implementação de círculos restaurativos e rodas de conversa, inspirados em práticas da Justiça Restaurativa, permite que vítimas, agressores e espectadores compartilhem suas vivências, reflitam sobre os danos causados e construam conjuntamente soluções para os conflitos. Essa abordagem, como destaca Spengler (2010), busca superar a lógica punitiva tradicional, promovendo a responsabilização consciente do agressor e o acolhimento da vítima, fortalecendo os laços comunitários.

A formação continuada de professores é outro ponto central nas estratégias de intervenção. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para identificar situações de bullying ou acabam minimizando sua gravidade por interpretá-las como brincadeiras comuns da infância e adolescência. Investir em capacitações que abordem conceitos, legislações, metodologias de intervenção e técnicas de mediação de conflitos é essencial para que a escola esteja preparada para agir de forma imediata e eficaz. Além disso, o trabalho colaborativo entre escola e família deve ser reforçado por meio de reuniões, palestras e oficinas que orientem os pais sobre como identificar sinais de vitimização ou agressividade em seus filhos e como apoiar a escola no processo educativo.

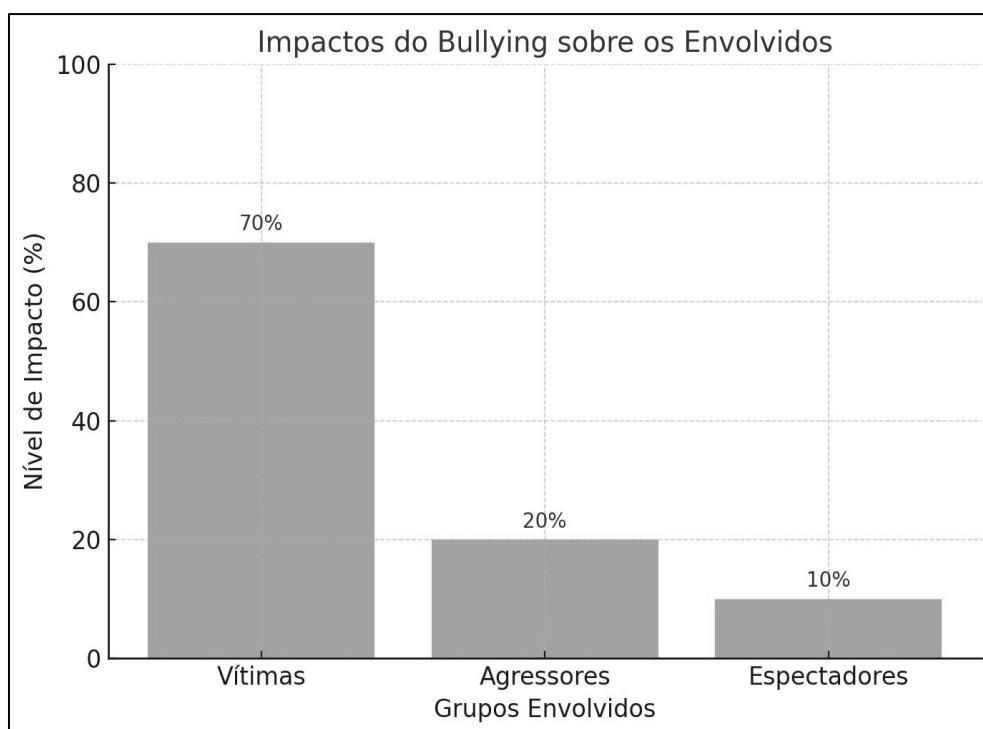
Também se mostram eficazes campanhas de conscientização promovidas no ambiente escolar, com a utilização de cartilhas, murais informativos, apresentações teatrais e atividades interativas que estimulem a reflexão sobre os prejuízos do bullying. Essas campanhas devem ser contínuas e não pontuais, de modo a consolidar

um clima escolar baseado no respeito e na valorização da diversidade. É igualmente relevante que a escola ofereça atendimento psicológico e pedagógico especializado, quando necessário, para apoiar tanto as vítimas quanto os agressores, considerando que ambos necessitam de acompanhamento para superar dificuldades emocionais e comportamentais.

Por fim, práticas pedagógicas eficazes contra o bullying devem considerar a diversidade dos estudantes e respeitar suas singularidades, evitando que diferenças individuais sejam transformadas em motivo de exclusão. Projetos de valorização da diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e de orientação sexual, por exemplo, são fundamentais para combater preconceitos e construir um ambiente escolar inclusivo. Dessa forma, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser também um lugar de convivência ética e democrática, capaz de preparar crianças e adolescentes para a vida em sociedade.

Assim, observa-se que as práticas pedagógicas e as estratégias de intervenção no combate ao bullying devem estar alicerçadas em três pilares: prevenção, conscientização e mediação de conflitos. Mais do que coibir a violência, trata-se de transformar a cultura escolar, promovendo valores humanizadores que possibilitem a construção de relações saudáveis e respeitadas. A escola, ao assumir essa missão, não apenas cumpre seu papel educativo, mas contribui decisivamente para a formação de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a dignidade humana.

GRÁFICO 1. Impactos do Bullying sobre os três principais grupos envolvidos: vítimas, agressores e espectadores.



Fonte: a autora

O gráfico 1 apresentado tem caráter autoral e interpretativo, fruto da síntese das discussões realizadas neste capítulo, e busca ilustrar a dimensão dos impactos do bullying sobre os três principais grupos envolvidos: vítimas, agressores e espectadores. A análise aponta que os maiores prejuízos se concentram nas vítimas (70%), que sofrem não apenas no plano imediato, mas também em suas trajetórias pessoais, acadêmicas e sociais. O sofrimento psíquico, a baixa autoestima, a evasão escolar e, em casos mais graves, os pensamentos autodestrutivos, evidenciam a gravidade da situação. Conforme já discutido à luz de autores como Fante (2005) e Chalita (2008), as marcas emocionais deixadas pelo bullying podem perdurar ao longo da vida, comprometendo a capacidade de relacionamento e a construção de um autoconceito positivo.

Em seguida, observa-se que os agressores representam 20% dos impactos diretos. Esse dado evidencia que, embora eles assumam a posição de poder e dominação, não estão imunes às consequências negativas do fenômeno. Na verdade, como assinalam Fante e Pedra (2008), os bullies tendem a desenvolver padrões de comportamento agressivo e antissocial que podem ser reproduzidos em outras fases da vida, seja em relações familiares, profissionais ou comunitárias. Assim, a perpetuação do bullying pode funcionar como um indicador de falhas na formação ética e socioemocional do indivíduo, demandando intervenções que vão além da simples punição, envolvendo estratégias pedagógicas, terapêuticas e de reeducação.

Por fim, os espectadores aparecem com 10% dos impactos, o que não significa irrelevância. Ao contrário, sua posição é paradoxal, pois, mesmo não sendo diretamente agredidos ou agressores, vivem a experiência da violência de forma indireta. Muitos adotam a chamada “lei do silêncio” (FANTE, 2005), por medo ou indiferença, o que contribui para a normalização do fenômeno no espaço escolar. Esse grupo pode carregar sentimento de impotência, insegurança e até conivência, internalizando a ideia de que a violência é inevitável e, assim, dificultando a construção de uma cultura de paz.

O gráfico 1, portanto, permite visualizar que o bullying não é um problema isolado, restrito à relação entre agressor e vítima. Trata-se de um fenômeno sistêmico, de caráter relacional, que se desdobra em múltiplos impactos sobre toda a comunidade escolar. Sua representação em termos percentuais não busca estabelecer uma medida absoluta, mas sim evidenciar a proporção das consequências que recaem de forma diferenciada sobre os envolvidos, ressaltando a necessidade de políticas educacionais, familiares e sociais integradas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar o fenômeno do bullying no contexto escolar, compreendendo suas causas, características, impactos e possibilidades de prevenção e enfrentamento, a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos, além de legislações nacionais e programas institucionais. O problema de pesquisa partiu da necessidade de compreender de que forma a violência escolar, em especial o bullying, pode comprometer o desenvolvimento social, emocional e acadêmico dos alunos, e de que

maneiras a escola, a família e a sociedade podem atuar conjuntamente para reduzir suas ocorrências e consequências.

A análise realizada ao longo da pesquisa demonstrou que o bullying não é um fenômeno novo, mas historicamente ocultado sob a ideia de brincadeiras entre crianças e adolescentes. Pesquisadores como Dan Olweus, Fante, Chalita e Abramovay apontam que o fenômeno se diferencia de conflitos cotidianos por sua repetitividade, intencionalidade e pela relação de desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Constatou-se, ainda, que os impactos não se restringem às vítimas, mas também alcançam os agressores e espectadores, formando um ciclo de violência que pode gerar consequências sociais, emocionais e até mesmo criminais.

Os principais resultados indicam que as vítimas tendem a desenvolver quadros de insegurança, baixa autoestima, depressão, ansiedade e, em casos extremos, pensamentos suicidas. Os agressores, por sua vez, apresentam maior predisposição a comportamentos antissociais e dificuldade de estabelecer vínculos saudáveis, perpetuando padrões de violência em outros contextos. Já os espectadores, mesmo não sendo diretamente atingidos, sentem os reflexos do silêncio, da omissão ou da cumplicidade, internalizando a violência como algo natural. Tais evidências estão em consonância com a literatura estudada e confirmam que o bullying compromete de maneira significativa o ambiente escolar e o processo educativo.

No que se refere às recomendações práticas, o estudo evidencia a necessidade de ações educativas preventivas, contínuas e integradas. Entre elas, destacam-se: capacitação de professores e gestores escolares para identificar e lidar com situações de bullying; promoção de palestras, rodas de conversa e campanhas educativas envolvendo alunos, famílias e comunidade; implantação de programas *antibullying*, como o “Educar para a Paz”; estímulo à escuta ativa das crianças e adolescentes, valorizando suas vozes no processo educativo; e maior integração entre escola, família e órgãos públicos. Além disso, a adoção de medidas de justiça restaurativa, em substituição às práticas meramente punitivas, pode representar um caminho inovador para a pacificação de conflitos.

A pesquisa contribui para o campo educacional ao reafirmar a urgência do debate sobre a violência escolar, oferecendo um panorama crítico acerca do bullying e apontando estratégias de enfrentamento que podem fortalecer o papel da escola como espaço de formação integral, ética e cidadã. Reforça também a relevância social do tema, ao demonstrar que a prevenção e o combate ao bullying não se limitam a uma responsabilidade da escola, mas devem ser compartilhados com a família, a comunidade e o Estado.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações, sobretudo por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica. A ausência de coleta de dados empíricos impossibilita uma análise direta das percepções e experiências de alunos, professores e famílias, restringindo-se ao campo teórico e documental. Ademais, não foi possível avaliar longitudinalmente os efeitos de programas de prevenção, o que poderia enriquecer a compreensão sobre a eficácia das práticas implementadas.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a realização de estudos de campo que incluam entrevistas com alunos, professores e gestores, bem como análises comparativas entre escolas que possuem programas antibullying consolidados e aquelas que ainda não implementaram tais medidas. Também se sugere investigar de forma mais aprofundada o fenômeno do cyberbullying, que tem crescido exponencialmente com o avanço das tecnologias digitais, além de explorar a contribuição das práticas de justiça restaurativa na resolução de conflitos escolares.

Conclui-se, portanto, que o bullying configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, que afeta não apenas o ambiente escolar, mas também o tecido social de forma ampla. Sua prevenção e enfrentamento demandam um trabalho coletivo e contínuo, pautado na construção de uma cultura de paz, no fortalecimento dos valores humanos e no compromisso ético de formar cidadãos críticos, respeitosos e capazes de conviver de maneira solidária e empática.

5.REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil, 2006.

BEANE, Allan L. **Proteja seu filho do bullying**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 20 de agosto de 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei n.

8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CARDOSO, O. B. **Problemas na infância**. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

CHALITA, G. **Pedagogia da amizade – Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2008.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. São Paulo: Artmed, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Revista FACEVV, Vila Velha, n. 4, jan./jun. 2010.

FANTE, Cleo. **O fenômeno bullying e as suas consequências psicológicas**. Disponível em: <http://www.aprendercrianca.com.br/>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: saber identificar e como prevenir**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LOPES NETO, Aramis; SAAVEDRA, Lúcia Helena. **Diga não para o bullying! – Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

MATOS, Margarida Gaspar de; CARVALHOSA, Susana Fonseca. **Vítimas, provocadores e outros**. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4757>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OLWEUS, Dan. **Conductas de acoso y amenaza entre escolares**. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

PORTO, M. D.; BEZERRA, A. S. **Prevenção ao fenômeno bullying: um estudo sobre grupos focais sobre o papel social do professor**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2010.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **Justiça restaurativa em debate**. Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, v. 8, n. 47, dez./jan. 2008.

ROLIM, Marcos. **Bullying: o pesadelo da escola**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Da jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento dos conflitos**. Ijuí: Unijuí, 2010.